

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aparecido Igor Oliveira Pereira¹

Aline Moreira do Nascimento²

Gilcielle Primo de Oliveira³

¹Tutor Presencial do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE; Pedra Branca, Ceará, Brasil; aparecido.igor@uece.br

²Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE; Pedra Branca, Ceará, Brasil; alinelya081618@gmail.com

³Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE; Pedra Branca, Ceará, Brasil; gilcielleprimo@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como temática, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, destacando os principais desafios e possibilidades que permeiam esse processo no contexto escolar, considerando o aumento significativo de diagnósticos de TEA e a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas. O estudo tem como objetivo geral, analisar criticamente o processo de inclusão dessas crianças na Educação Infantil. Enquanto objetivos específicos, busca-se compreender as características do TEA, bem como discutir as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados por professores e instituições escolares na efetivação da inclusão. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a temática da educação inclusiva e do desenvolvimento infantil. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços legais, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, ainda existem lacunas na formação docente, na estrutura escolar e no suporte especializado. Conclui-se que a efetivação da inclusão requer ações articuladas entre escola, família e políticas públicas, além de investimentos contínuos na formação de professores, visando garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. TEA.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil tem se tornado um tema de grande relevância no campo educacional. O TEA é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta, principalmente, a comunicação, a interação social e o comportamento, manifestando-se de diferentes formas e níveis em cada indivíduo.

Alguns estudos que tratam da temática em questão nos apontam que sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, no entanto, o diagnóstico só pode ser estabelecido por volta dos dois a três anos de idade a prevalência é maior no sexo masculino (Brasil, 2022).

Seguindo essa perspectiva, cabe mencionar aqui, que a identificação de atrasos no processo de desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de Transtorno do Espectro Autista e o encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode proporcionar melhores resultados a longo prazo, levando em consideração a neuroplasticidade cerebral. Nessa direção, ressalta-se ainda que o tratamento oportuno com estimulação precoce deve ser preconizado em qualquer caso de suspeita de Transtorno do Espectro Autista ou desenvolvimento atípico da criança, independentemente de confirmação diagnóstica por parte de um profissional da área (Brasil, 2022).

Considerando essa realidade, surgem alguns questionamentos que serviram de embasamento para a construção do presente trabalho, sendo esses: Como é materializada a modalidade de Educação Infantil? O que é o Transtorno de Espectro Autista (TEA)? De que maneira ocorre a inclusão e o desenvolvimento da criança autista na modalidade de Educação Infantil?

Levando em consideração as informações apresentadas até o presente momento, é possível perceber a importância e relevância de se discutir a temática em questão no presente trabalho, entendendo que essa trata de um assunto que não é amplamente discutido fora do meio acadêmico, no entanto, vem a ser algo presente no cotidiano de diversos profissionais da educação, inclusive de pedagogos que atuam na educação infantil, exigindo assim, sempre, um aprofundamento e atualização de estudos voltados para a área. Diante desse cenário, a escola assume um papel fundamental na promoção de práticas inclusivas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento dessas crianças no ambiente escolar. No entanto, a efetivação da inclusão ainda enfrenta diversos desafios, como a falta de formação

adequada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos e a ausência de suporte especializado.

A metodologia adotada para a construção do referente estudo caracteriza-se como qualitativa, utilizando-se do método bibliográfico, a partir da consulta à obras, artigos, livros e revistas de diversos autores que já realizaram a abordagem da temática em questão, com o intuito de construir o seu referencial teórico. Essa consulta se deu tanto por meio do acesso a obras no formato físico, assim como também por meio do acesso a obras no formato virtual.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, destacando seus principais desafios e perspectivas. Como objetivos específicos, busca-se compreender as características do transtorno e refletir sobre as práticas pedagógicas voltadas à inclusão. A pesquisa é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a educação inclusiva e o desenvolvimento infantil.

2.DESENVOLVIMENTO

2.2 COMPREENDENDO O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista pode ser entendido como um distúrbio do neurodesenvolvimento que pode ser caracterizado por alguns fatores, a citar: Desenvolvimento atípico da criança, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e no seu processo de interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, dentre outros.

Nos últimos anos, têm surgido alguns estudos acerca da temática em questão, e alguns desses estudos nos apontam que alguns sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, entretanto, o diagnóstico só pode ser estabelecido por volta dos três a dois anos de idade e a prevalência de tal transtorno é maior no sexo masculino (Brasil, 2022).

Seguindo essa linha de raciocínio, torna-se necessário, ainda mencionar, que a identificação de atrasos no processo de desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de Transtorno do Espectro Autista e o encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode proporcionar uma realidade na qual exista melhores resultados a longo prazo no que se refere ao desenvolvimento da criança, considerando a neuroplasticidade cerebral (Brasil, 2022).

Nessa direção, cabe ainda ressaltar que o tratamento oportuno com estimulação precoce deve ser preconizado em qualquer caso de suspeita de Transtorno do Espectro Autista ou

desenvolvimento atípico da criança, independentemente de confirmação diagnóstica por parte de um profissional da área (BRASIL, 2022). Assim sendo, torna-se imprescindível fazer um diagnóstico com profissional habilitado para saber como intervir de acordo com o desenvolvimento da criança.

No que se refere ao processo de diagnóstico do Transtorno de Espectro Autista, a American Psychiatric Association (2014) nos aponta que:

[...] as características clínicas individuais são registradas por meio do uso de especificadores (com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental), bem como especificadores que descrevem os sintomas autistas (idade da primeira preocupação; com ou sem perda de habilidades estabelecidas; gravidade). Tais especificadores oportunizam aos clínicos a individualização do diagnóstico e a comunicação de uma descrição clínica mais rica dos indivíduos afetados. Por exemplo, muitos indivíduos anteriormente diagnosticados com transtorno de Asperger atualmente receberiam um diagnóstico de transtorno do espectro autista sem comprometimento linguístico ou intelectual. (American Psychiatric Association, 2014, p. 32).

Como já mencionado anteriormente em outras palavras, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno relacionado ao desenvolvimento neurológico do indivíduo e de maneira geral, as pessoas com esse transtorno possuem dificuldade de comunicação, socialização e muitas vezes possuem também alguns interesses restritos e estereotipados. Nesse sentido, de acordo com a Associação citada anteriormente existem três níveis de TEA, sendo esses respectivamente: o leve, o moderado e o grave.

No que se refere aos níveis do TEA, de forma geral, os indivíduos diagnosticados com nível leve precisam de menos suporte, já os diagnosticados com o nível grave precisam de um atendimento mais específico. A criança que possui um grau leve de TEA tem um intelectual de aprendizagem maior que o moderado que já é mais baixo para aprendizagem conceitual, o autista moderado tende a ser mais agressivo e apresentar mais dificuldade na aprendizagem. Já os indivíduos que possuem o nível de autismo severo precisam da disponibilidade de muito apoio, acompanhante na escola, e dependência em algumas atividades básicas, principalmente em atividades diárias, como na higienização, na alimentação e ao se vestir (Jesus, 2022). A seguir serão apontadas de maneira mais detalhada algumas considerações sobre o Transtorno de Espectro Autista e os seus graus de manifestação.

No primeiro nível, denominado como leve, a criança consegue fazer as atividades diárias e poder ter uma conversa normal, e desempenhar algumas habilidades, tais como: ler ou escrever. Sobre o nível leve, vale salientar que também é conhecido como, síndrome de

Asperger, considerando que este nome foi utilizado por muitos anos para denominar a pessoa com autismo no grau leve (Jesus, 2022).

Cabe ainda mencionar também que no que corresponde ao domínio conceitual, que pode haver dificuldades no ato de aprender alguma habilidade e, com isso, pode ter apoios em outras áreas para um melhor desenvolvimento. Nessa direção, para a American Psychiatric Association (2014):

Em crianças pré-escolares, pode não haver diferenças conceituais óbvias. Para crianças em idade escolar e adultos, existem dificuldades em aprender habilidades acadêmicas que envolvam leitura, escrita, matemática, tempo ou dinheiro, sendo necessário apoio em uma ou mais áreas para o alcance das expectativas associadas à idade. (American Psychiatric Association, 2014, p. 34).

Dessa forma, a criança com o nível leve de Transtorno de Espectro Autista consegue ter interações sociais e verbalizar intenções, necessitando assim, de menos tempo com terapeutas e possui ainda uma maior facilidade em associar ideias e quanto mais novos tiverem apoio e puderem aprender, mais agradável será o seu processo de conhecimento.

Já a criança com Transtorno de Espectro Autista no nível dois, denominado como moderado é intermediário ao nível leve e apresenta diferenças dos sintomas. Tal indivíduo possui uma certa dificuldade em aprender, com falta de habilidades sociais em interagir com outras pessoas e necessita de um maior apoio (Jesus, 2022). Em razão das dificuldades de linguagem, essa criança necessita de um suporte e acompanhamento no processo de aprendizagem e, também, na interação social. De acordo com Segundo a American Psychiatric Association (2014):

Durante todo o desenvolvimento, as habilidades conceituais individuais ficam bastante atrás das dos companheiros. Nos pré-escolares, a linguagem e as habilidades pré-acadêmicas desenvolvem-se lentamente. Nas crianças em idade escolar, ocorre lento progresso na leitura, na escrita, na matemática e na compreensão do tempo e do dinheiro ao longo dos anos escolares, com limitações marcadas na comparação com os colegas. Nos adultos, o desenvolvimento de habilidades acadêmicas costuma mostrar-se em um nível elementar, havendo necessidade de apoio para todo emprego de habilidades acadêmicas no trabalho e na vida pessoal. Assistência contínua diária é necessária para a realização de tarefas conceituais cotidianas, sendo que outras pessoas podem assumir integralmente essas responsabilidades pelo indivíduo (American Psychiatric Association, 2014, p. 35).

Sendo assim, a criança com Transtorno de Espectro Autista deste nível apresenta grandes dificuldades, levando em consideração que esta não consegue se expressar da forma que querem e acabam sendo afrontosos por dificuldades de habilidades na fala, tendo

comportamentos mais afrontosos, são mais inquietos, precisando de mais suporte familiar e profissional e necessitando de um acompanhante na escola, de terapias e de mais dependências de seus familiares (Jesus, 2022).

No nível três, denominado como severo, a criança demonstra bastante dificuldade em se comunicar em suas habilidades sociais, assim como também, o seu comportamento é bastante repetitivo, muitas vezes, com movimento de pêndulo, o que atrapalha muito seu processo de socialização e independência nas atividades diárias. Os indivíduos com níveis severos do Transtorno de Espectro Autista também são dependentes de cuidados de outras pessoas e possuem dificuldades na fala e nos gestos. Esses possuem também atraso cognitivo, alto nível de comprometimento intelectual ou atraso mental (Jesus, 2022).

Seguindo essa perspectiva, a American Psychiatric Association (2014) afirma que o indivíduo apresenta compreensão muito limitada:

[...] da comunicação simbólica na fala ou nos gestos. Pode entender algumas instruções ou gestos simples. Há ampla expressão dos próprios desejos e emoções pela comunicação não verbal e não simbólica. A pessoa aprecia os relacionamentos com membros bem conhecidos da família, cuidadores e outras pessoas conhecidas, além de iniciar interações sociais e reagir a elas por meio de pistas gestuais e emocionais. A ocorrência concomitante de prejuízos sensoriais e físicos pode impedir muitas atividades sociais (American Psychiatric Association, p. 36).

Vale ainda destacar que os indivíduos com o nível severo do Transtorno de Espectro Autista precisam de muito apoio, assim como também de cuidados, tanto psicológicos, como também motores. Estes necessitam ainda de um acompanhamento sistemático de terapeutas bem como de uma assistência escolar e de um profissional dando suporte em suas atividades no espaço educacional.

2.2 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Inicialmente cabe aqui destacarmos que de acordo com a Associação Brasileira de Autismo, o Transtorno do Espectro Autista se caracteriza por alterações que estão presentes desde idades muito precoces, mais especificamente a partir dos três anos de idade, e que se sempre se define muitas vezes por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação (Turibi, Santos, 2019).

Seguindo essa perspectiva estima-se que no Brasil existem dois milhões de autistas, e o que torna a questão mais grave é o preconceito e a falta de tratamento adequado direcionado a

este público, logo, torna-se necessário que seja adotada uma abordagem adequada e eficiente para que a criança consiga se desenvolver durante sua vida escolar e social, entendendo que o processo escolar possui grande contribuição para o processo de desenvolvimento do indivíduo (Turibi, Santos, 2019).

Apesar da implantação da Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, enquanto dispositivo legal que garante direito a todas as políticas de inclusão do país às pessoas com Transtorno de Espectro Autista e abre caminhos para avanços da inclusão no país, ainda é possível nos depararmos com uma realidade não tão motivadora quando trata-se da inclusão do público em questão (Turibi, Santos, 2019).

Nesse contexto, no deparamos com uma realidade na qual existe a presença de vários profissionais nas escolas que se encontram despreparados para receber tal demanda, onde a lei, na prática garante apenas a matrícula e a inclusão desse público acaba não se materializando por uma série de fatores (Turibi, Santos, 2019).

Assim sendo, percebe-se que a grande necessidade de que a comunidade escolar como um todo e especialmente, os docentes, adotem posturas e iniciativas que sejam capazes de alterar tal contexto, objetivando a oferta de uma educação que seja comum, inclusiva e de acesso a todos públicos.

Nesse sentido, é possível perceber que a questão da inclusão de crianças com Transtorno de Espectro Autista ainda está longe se materializar na prática. Tal realidade acaba por desencadear uma série de desafios para todos os profissionais da área da educação, e de forma especial ao fazer profissional dos professores. Nessa direção, torna-se pertinente refletirmos sobre o que declara o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) ao colocar que o principal desafio “da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança e que seja capaz de educar sem discriminação respeitando as diferenças” (Brasil, p. 37, 1998).

Cabe aqui salientar que a interação de crianças especiais com os outros alunos possibilita a construção de um ambiente de inclusão e tolerância, onde essas crianças podem perceber o outro como parte da turma e de um círculo social, deixando de lado as diferenças e gerando assim empatia pelos colegas. Essa interação contribui ainda para a ampliação da percepção de sociedade e comunidade, minimizando dessa forma as diferenças e prevenindo quanto a preconceitos e problemáticas que venham se manifestar futuramente.

No entanto, quando essa interação não vem se materializar na prática e no cotidiano desses educandos, a escola deixa de ser um espaço livre de aprendizado e passa se tornar um

ambiente cercado de limitações e preconceitos, o que pode desencadear uma série de demandas e problemáticas no processo de aprendizagem do educando.

Quanto aos alunos que possuem o Transtorno de Espectro Autista, esse contato com os demais colegas de classe estimula momentos de lazer e aprendizado, proporcionando o fortalecimento de vínculos emocionais que o encorajam no enfrentamento da própria limitação, onde estes passam a mudar a percepção sobre si mesmo e dessa forma, de fato desenvolverem-se. Perante essa realidade, logo, temos que a educação inclusiva é um conjunto de ações políticas, sociais e pedagógicas, que são fundamentadas nos direitos humanos e na ideia de igualdade (Turibi, Santos, 2019).

No que corresponde aos desafios da inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista na educação infantil, logo imagina-se aqueles que estão relacionados ao seu processo de inclusão, entendendo assim, que uma das primeiras coisas que poderia otimizar tal realidade seria a melhoria de propostas principalmente na formação docente, levando em consideração os professores são peças fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, Carvalho nos aponta que alguns professores do ensino regular costumam afirmar que pouco ou nada podem fazer para a superação das dificuldades desses aprendizes. Estes docentes encontram-se muitas das vezes, despreparados e desmotivados para enfrentar tal desafio, limitando a aprendizagem de seus alunos, quando, por falta de entendimento passam a evitar a disponibilidade de uma maior gama de atividades, pois estes, acreditam que os alunos são mentalmente retardados, uma triste realidade que soa de maneira excludente e preconceituosa (Carvalho, 2009).

Acerca de tal temática Matos nos aponta também que para que haja o “alcance da democratização do ensino, é necessário que seja quebrada a ideia de que a inclusão escolar acontece através da matrícula” e apenas neste momento, pois sendo assim, não haveria diferença alguma no tratamento da criança, o que evidenciaria as diferenças entre os alunos, e que por sua vez acabaria aumentando a discriminação entre eles. Este é um dos principais desafios enfrentados nas escolas quando o assunto é a inclusão (Matos, 2013).

Vale também destacar que o processo de inclusão não se trata de um fenômeno isolado, mas sim de algo amplo e coletivo e o ponto a levarmos em questão o fato de que esses entraves não são exclusivos da educação infantil, considerando que estamos nos referindo a um grande número de brasileiros que estão inseridos nas escolas e encontram um ambiente por vezes hostil, onde a indiferença dos colegas de classe é perceptível, resultante do desconhecimento e em alguns casos, até da própria ignorância, alunos e profissionais da educação não têm o conhecimento básico para conviver harmoniosamente com alunos que possuem o Transtorno

de Espectro Autista. Assim sendo, a qualidade é um dos quesitos necessários nas ações pedagógicas, diversidade de atividades, interação do aluno com tal transtorno (Turibi, Santos, 2019).

Outro fator que também possui relevância quando refletirmos sobre tal temática é o fato de que a qualificação da equipe escolar, para melhor atender o público inclusivo, vai além dos professores e assistentes, e é necessário incluir também a direção da escola e todos os que nela trabalham (Carvalho, 2009).

Percebe-se nessa realidade, a relevância de tais iniciativas quando refletimos que em algum momento da rotina da criança na escola, alguém que acredita não ter a responsabilidade e as obrigações de um educador, uma hora irá utilizar termos e comportamentos inadequados e por vezes, até de caráter preconceituoso, para referir-se a criança com Transtorno de Espectro Autista, fator este que não contribui em nada ao processo de ensino-aprendizagem do educando.

Sendo assim, nota-se a também que a inserção de crianças com Transtorno de Espectro Autista nas escolas é uma realidade que não pode ser ignorada e muito menos limitada a atividades de caráter improdutivo e sem relevância educativa, trazendo dessa forma, a necessidade destes profissionais se especializarem e se qualificarem para estarem aptos frente à demanda existente na realidade vivenciada, considerando que a inclusão do aluno, não diz respeito a colocar crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças (Mittler, 2003).

Dessa maneira, torna-se necessário que toda a comunidade escolar trabalhe em conjunto para dar suporte ao atendimento de tal demanda e aos professores cabe o grande desafio de se especializarem para poderem lidar com alunos que possuem o Transtorno de Espectro Autista.

Nessa intencionalidade, vale também salientar que as mudanças necessárias para tornar o ambiente escolar um espaço inclusivo, depende sim da qualidade da formação inicial e continuada de nossos educadores, mas depende mais ainda da implementação de espaços dialógicos na escola, para esclarecimento de dúvidas, compartilhamento de medos e receios, para que todos possam aprender em conjunto, e assim poderem aprimorar o relacionamento com o alunado possuidor do Transtorno de Espectro Autista, levando em consideração que no decorrer dos cursos de Licenciatura não é abordado de maneira específica algumas metodologias e formas de atendimento a alunos com necessidades de inclusão, especialmente, alunos que possuem o Transtorno de Espectro Autista.

Nesse sentido cabe acrescentar que, para que haja uma sociedade realmente inclusiva, como a Lei Berenice Piana, nº 12.764/2012 incentiva, devemos ter acima de tudo atenção em nossas ações e expressões quando nos comunicamos e nos referimos a temática em questão, da

mesma forma aos portadores do Transtorno de Espectro Autista, pois através de nossa linguagem podemos discriminar ou respeitar alguém, e as palavras têm um peso muito significativo em tal cenário (Turibi, Santos, 2019).

Assim sendo, o trabalho de integração dos alunos com Transtorno de Espectro Autista precisa possuir alicerces para que seja realmente viabilizado e materializado na prática, e estas bases podem ser encontradas na união de docentes, pais, comunidade escolar e toda uma equipe multidisciplinar de apoio. Deve-se enxergar ainda que a inclusão dos portadores do Transtorno de Espectro Autista e as atividades inclusivas como parte do projeto educativo da instituição (Brasil, 1998, p. 37).

Partindo do contexto da Educação Infantil, Mantoan nos esclarece que:

a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (Mantoan, 2003. p.67).

Dessa maneira, percebe-se que a inclusão na educação infantil não se limita a uma deficiência em específico, mas tem a importante função de tornar a escola em um espaço adequado e acessível a todos, com a mesma qualidade de ensino, e ainda despertar o que há de melhor em cada aluno de acordo com as individualidades. Nesse sentido, o corpo docente deve destacar as aptidões dos alunos, de modo que seja alcançado o desenvolvimento cognitivo de cada um.

A partir da ideia apontada anteriormente, logo, enxerga-se que a educação infantil representa um momento importante na vida das crianças que estão em processo de desenvolvimento em todos os seus aspectos, onde é possível identificar a diferença no ritmo de aprendizagem dos alunos. Levando em consideração que há aqueles alunos que aprendem com facilidade e autonomia e também alunos que já possuem dificuldades e dispendem maior auxílio pedagógico.

Dessa maneira, para que seja possível incluir crianças com o Transtorno de Espectro Autista no ensino regular, é preciso orientação e assistência, bem como também, o oferecimento de apoio especializado aos docentes que atendem esses. No entanto, há, uma certa carência no ensino regular de professores auxiliares, pois, além de atenderem diretamente esta demanda, estes podem dar apoio aos professores não especializados que estejam integrando alunos com Transtorno de Espectro Autista em suas classes (Turibi, Santos, 2019).

Assim sendo, enxerga-se que a inclusão de crianças com Transtorno Espectro Autista pode promover grandes avanços em seu desenvolvimento nos processos de ensino-aprendizagem, socialização e inserção ao meio social, isso se dá por meio do compromisso de toda a comunidade escolar e principalmente por parte do corpo docente, que devem buscar a capacitação e o auxílio de uma equipe multidisciplinar, podendo assim, oferecer um atendimento mais direcionado à inclusão, bem como, combater possíveis posições de caráter discriminatório na oratória e comunicação de atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do educando.

3.CONCLUSÕES

Diante das análises realizadas, conclui-se que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente no que se refere à formação docente, à estrutura das instituições escolares e ao suporte especializado. Apesar dos avanços legais, a efetivação da inclusão ainda se apresenta como um processo em construção.

Nesse sentido, torna-se fundamental o investimento em políticas públicas voltadas à formação continuada de professores, bem como a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as especificidades de cada criança. Além disso, a participação da família e o trabalho conjunto com uma equipe multidisciplinar são elementos essenciais para o sucesso do processo inclusivo.

Percebeu-se também que além das múltiplas dificuldades de inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista no ambiente escolar, que o principal entrave está na falta de especialização por parte dos profissionais de educação, especialmente, o corpo docente, e que embora esteja em vigor a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, esta, ainda está muito distante de se materializar na prática dentro da escola, o que exige da comunidade escolar uma série de questões a serem transformadas de maneira gradativa, dentre elas destacam-se: a formação e a capacitação do corpo docente para atender tal público, o apoio de uma equipe multidisciplinar especializada para proporcionar suporte aos profissionais de educação e ao público em questão e o envolvimento e participação dos demais atores da comunidade escolar, tais como: gestão escolar e a família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pedagogia

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, recurso eletrônico, DSM-5. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento, rev. téc. Aristides Volpato Cordioli, 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 25 de mar. 2026.

BRASIL. **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Secretaria de Saúde do Governo do Paraná. 2022. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Transtorno-do-EspectrAutismoTEA#:~:text=O%20transtorno%20do%20espectro%20autista,repert%C3%B3rio%20restrito%20de%20interesses%20e>. Acesso em: 25 de mar. 2026.

CARVALHO, R. E. **Inclusão e Escolarização de alunos autistas**. In: *Pedagogia em Ação*, vol. 1, n.1, p.1-141. Jan-Jun, 2009.

JESUS, Nayane Barbosa. **Educação Inclusiva e o Transtorno do Espectro Autista (TEA): Desafios na Atualidade**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2188/1/ML%20Monografia%20Nayane%20Barbosa%20de%20Jesus%202021.pdf>. Acesso em: 26 de mar. 2026.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública municipal de Manaus**. Manaus: Edua, 2013.

MITTLER, T. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003

TURIBI; SANTOS, Anne Caroline P., Lucilene P. **Inclusão na Educação Infantil: Desafios e Perspectivas no Fazer Docente com Crianças Autistas**. 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID13878_03102019210112.pdf. Acesso em; 29 de mar. 2026.